



MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

---

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

# **RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO E AJUSTAMENTO FINANCEIRO**



**MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS**  
**Março 2016**



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## **ÍNDICE**

### **Índice**

<b>1. FUNDAMENTO, ÂMBITO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA .....</b>	<b>3</b>
<b>2. ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO/PAEL ....</b>	<b>4</b>
<b>3. DESCRIÇÃO DO EMPRÉSTIMO, REEMBOLSOS E JUROS - PAEL .....</b>	<b>5</b>
<b>4. DESCRIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, REEMBOLSOS E JUROS - SANEAMENTO .....</b>	<b>6</b>
<b>5. ACOMPANHAMENTO MEDIDAS GERAIS .....</b>	<b>7</b>
<b>6. ACOMPANHAMENTO MEDIDAS ESPECIFICAS 2016 DO PSF .....</b>	<b>9</b>
<b>6.1. RECEITAS .....</b>	<b>9</b>
<b>6.2. DESPESAS .....</b>	<b>16</b>
<b>6.3. RESUMO .....</b>	<b>23</b>
<b>7. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL .....</b>	<b>24</b>
<b>8. CONCLUSÕES .....</b>	<b>25</b>



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## **1. FUNDAMENTO, ÂMBITO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA**

O presente relatório consubstancia os resultados do trabalho relativo ao Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento e Ajustamento Financeiro do Município de Torres Novas.

Desta forma o presente relatório reporta-se a uma décima avaliação com referência à data de 31 de Março de 2016 em termos de acompanhamento, coordenação e gestão do Estudo e respetiva execução do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e do Plano de Saneamento Financeiro.

Neste relatório começaremos por evidenciar novamente os principais aspetos decorrentes da atualização do Plano de Saneamento Financeiro/PAEL ocorrida em 23/11/2015.

Voltamos a evidenciar as condições dos empréstimos e os pagamentos efetuados ao abrigo dos mesmos, bem como os reembolsos e juros entretanto pagos.

Efetua-se também uma análise prática da implementação das medidas previstas no Plano de Saneamento Financeiro, com especial enfoque nos desvios ocorridos entre o previsto e efetivamente realizado.

Mantêm-se também os dados patrimoniais reais com os previstos em referência ao ano de 2015.

Confronta-se também o considerado no orçamento de 2016 com o previsto na atualização do plano para o mesmo ano.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## 2. ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO/PAEL

A atualização do Plano de Saneamento Financeiro era uma necessidade, várias vezes referenciada nos relatórios de acompanhamento trimestrais, decorrente dos desvios verificados entre a previsão inicial e o realizado nos anos de 2012, 2013, 2014 e primeiros três trimestres de 2015.

Desta forma, os serviços técnicos prepararam o documento de atualização datado de 23/11/2015, aprovado na reunião de Câmara de 27/11/2015 e pela Assembleia Municipal em 21/12/2015.

O documento foi posteriormente enviado para DGAL e Tribunal de Contas em 13/01/2016.

Como referido esta correção assentou na correção dos desvios entre o previsto e o real, destacando-se no entanto que com a operação de reajustamento financeiro efetuada, o Município alcançou rácios bastante favoráveis, nomeadamente no controlo da dívida e prazos médios de pagamentos.

COMPARAÇÃO EXECUÇÃO ORÇAMENTAL VS PSF									
	2012		2013		2014		2015		Diferença 2015
	Executado	Previsto PSF	Executado	Previsto PSF	Executado	Previsto PSF	Executado	Previsto PSF	
Receitas	26.094.026	29.891.525	33.877.641	40.777.138	25.974.422	26.492.590	26.530.243	26.301.789	228.454
Despesas	25.865.096	28.834.857	33.745.298	41.628.771	24.441.808	26.769.877	26.367.168	25.750.720	616.448
Saldo	228.930	1.056.668	132.342	-851.633	1.532.614	-277.287	163.076	551.070	-387.994

Como se verifica pelos saldos acumulados entre o executado e o previsto até 2014, o Município apresentou um desvio acumulado de execução das receitas de menos 11.215.165€ e de despesas de menos 13.181.304€. Não obstante obteve um saldo entre receitas e despesas mais favorável do que o previsto (1.966.138€).

Verificou-se também que com a atualização de 2015 os desvios deste ano passaram a ser insignificantes.

Os principais constrangimentos identificados em anteriores relatórios resultaram nas diferenças materiais entre previsto e realizado e assentaram essencialmente na não verificação de vendas de bens de capital, subsídios comunitários que não se realizaram devido à não concretização de investimentos em bens de capital previstos, que evoluíram em função das disponibilidades.

Com a atualização efetuada, aproximaram-se os valores previstos para 2016 dos respetivos orçamentos.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

### 3. DESCRIÇÃO DO EMPRÉSTIMO, REEMBOLSOS E JUROS - PAEL

Conforme referido nos relatórios de acompanhamento anteriores, foi aprovado e efetuado o empréstimo de PAEL com as seguintes condições:

PAEL	Descrição
Montante Contratual	6 795 454
Taxa de Juro	2,54%
Spread	0,15%
Primeira Data Reembolso	01-06-2013
Ultima Data Reembolso	01-12-2026
Modo Reembolso	Prestações Semestrais
N. Anos	14
N. Prestações	28
Pagamento Juros	Prestações Semestrais

A primeira tranche foi efetivamente recebida em 26/08/2013 com o valor de 4.756.818€. A segunda tranche no valor de 2.038.636€ foi recebida a 30/12/2013 e contabilizada em Janeiro de 2014.

Em 2013, 2014, 2015 e 2016 as amortizações efetuadas bem como os juros pagos foram os seguintes:

Prestações	Amortização	Juros	Total
1º prestação em 2013	169 886	31 411	201 297
1º prestação em 2014	244 759	86 644	331 402
2º prestação em 2014	244 759	91 948	336 707
1º prestação em 2015	244 759	86 970	331 729
1º prestação em 2015	244 759	84 875	329 634
<b>Total</b>	<b>1 148 921</b>	<b>381 848</b>	<b>1 530 770</b>

Em 2016 ainda não existiram prestações (são efetuadas em Maio e Novembro).

Desta forma o valor em dívida a 31-03-2016 relativamente ao empréstimo do PAEL cifra-se em 5.629.451€ determinado da seguinte forma:

Rubricas	Montantes
Montante Aprovado	6.795.454
Montante Utilizado	6.778.372
Diferença de Estornos	17.081
Amortizações	1.148.921
<b>Total em Dívida 31-03-2016</b>	<b>5.629.451</b>



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

De salientar que já foi apurado à data o valor definitivo resultante das diferenças nos pagamentos (estornos, adiantamentos, etc) e que se cifra no montante total de 23.486€ (a ser devolvido pelo Município). Obtivemos informação dos serviços que este valor será considerado como amortização extraordinária e será recalculado pelos serviços do PAEL novo plano de reembolsos e juros.

#### 4. DESCRIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, REEMBOLSOS E JUROS - SANEAMENTO

Também conforme mencionado nos relatórios de acompanhamento anteriores, foram efetuados os empréstimos de saneamento na Caixa Geral de Depósitos e no Banco Português de Investimento com as seguintes condições atualizadas:

CAIXA GERAL DEPÓSITOS	Descrição
Montante Contratual	5 000 000
Taxa de Juro	EUR 6 M
Spread	4,50%
Modo Reembolso/Juros	Prestações Mensais
BANCO PORTUGÊS DE INVESTIMENTO	Descrição
Montante Contratual	1 469 254
Taxa de Juro	EUR 6 M
Spread	6,75%
Modo Reembolso/Juros	Prestações Mensais

O empréstimo da Caixa Geral de Depósitos já teve amortizações no montante total de 716.292€, sendo o valor em dívida a 31-03-2016 de 4.283.708€:

Prestações	Amortização	Juros	Total
2013	0	96.046	96.046
2014	137.513	331.921	469.434
2015	463.972	223.260	687.232
2016	114.807	72.807	187.614
Total	716.292	724.033	1.440.326

Em relação ao empréstimo do BPI verifica-se começou a ser amortizado em 2015. As amortizações até à data ascenderam a 66.131€ e os juros ascenderam a 266.126€. O valor em dívida a 31-03-2016 deste empréstimo corresponde ao montante de 1.403.123€.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

Prestações	Amortização	Juros	Total
2013	0	32.381	32.381
2014	0	103.931	103.931
2015	34.679	99.913	134.593
2016	31.451	29.900	61.352
Total	66.131	266.126	332.257

## 5. ACOMPANHAMENTO MEDIDAS GERAIS

No Plano de Saneamento inicial foram consideradas seis medidas gerais, cujos impactos, pela transversalidade das medidas não são facilmente quantificáveis.

A saber,

- 🔧 Implementação do Orçamento de base zero, em curso;
- 🔧 Reapreciação das participações financeiras e associativismo em conformidade com a Lei n.º 50/2012;
- 🔧 Elaboração e Implementação do Plano de Eficiência Energética;
- 🔧 Revisão da NCI, nomeadamente procedimentos de Contratação Pública e Cobranças;
- 🔧 Reforço da contabilidade analítica;
- 🔧 Redução/racionalização das despesas e dos auto-consumos;

Na atualização do plano as mesmas medidas foram aprofundadas, estabelecidos objetivos por medida e efetuado um ponto de situação das mesmas.

Copiamos o quadro apresentado no ponto 4.1.1 Medidas Gerais (2012/2017) do Plano de Saneamento Financeiro atualizado:



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. n.º 176

Medidas Gerais 2012 - 2017		
Medidas	Situação prevista	Situação atual
Revisão da Norma de Controlo Interno	Pretende-se desenvolver mecanismos de cobrança coerciva até à penhora de bens.	Implementaram-se mecanismos de cobrança coerciva através da penhora de vencimentos ou retenções de depósitos bancários. No entanto, verificou-se o seguinte: contactado o Banco de Portugal, constata-se que sustentado no sigilo bancário esta entidade não fornece esta informação diretamente. Remete e divulga junto dos restantes bancos. Que para prestarem esta informação nos debitam 6€/7€ por informação. Os custos globais decorrentes desta situação desincentivam esta forma de cobrança.
Reforço da contabilidade Analítica	Prevê um levantamento de todos os processos internos associados à tabela de taxas, revisão de work flows, imputação de custos e revisão de incentivos	A conjuntura eminentemente negativa desincentivou o executivo na adopção desta medida. No entanto está prevista em 2016 um projecto de reengenharia de processos, consubstanciada na revisão, em condições de eficácia e eficiência e economicidade dos processos internos. Está ainda previsto para 2016:
		. Extensão a todos os serviços da imputação de horas por pessoa e por função (falta Jurídico, Divisão Financeira, Informática, DAU e Fiscalização) no sentido de apuramento real de todos os custos por função/ actividade.
Implementação do Orçamento Base Zero	Pelo ajustamento do orçamento à realidade efectiva da sua capacidade de execução	Foram adoptadas as metodologias do orçamento base zero, não só em matéria de princípios como de normativos de suporte à execução de projectos e contratos.
Reapreciação das participações financeiras e do associativismo	Redução de custos com a internalização da empresa municipal Turris Espaços em 2013.	A situação de internalização só veio a ocorrer em 2014.
		Pretende-se para 2016 alterar a forma jurídica da Resitejo, passando de uma associação de direito privado para uma empresa intermunicipal.
Redução e racionalização das despesas de auto consumo	Foram tomadas múltiplas medidas nesta matéria.	Eventual alienação da nossa participação na TVT, Esta situação carece de prévia análise por parte do executivo.
Elaboração e Implementação do Plano de Eficiência Energética	Elaboração de estudo de eficiência energética, sobretudo para as utilizações públicas.	Reconhece-se que é difícil continuar a reduzir auto-consumos, situando-se os mesmos ao nível do limiar mínimo dos consumos.





SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## 6. ACOMPANHAMENTO MEDIDAS ESPECIFICAS 2016 DO PSF

A análise e acompanhamento da implementação das medidas específicas é efetuada sobretudo através da comparação da execução orçamental com referência ao período em apreço com os montantes previstos no plano de saneamento financeiro atualizado para o ano de 2016.

Chama-se a atenção que a avaliação dada entre os montantes executados e os montantes previstos no plano deve ser considerada tendo por base o critério de execução de 25% do previsto, correspondente à execução esperada de três meses, sem considerar a sazonalidade das receitas e despesas.

### 6.1. RECEITAS

O total de receitas previstas para o ano de 2016 é de 28.382.531€. O total de receitas realizadas no final do primeiro trimestre do ano de 2016 cifrou-se em 4.322.907€, pelo que se registou neste trimestre uma percentagem de execução total de 15,23%.

Rubricas	Previsto	1.º Trimestre	Total Março 2016	% Execução
Receitas Correntes	22.591.323	3.938.987	3.938.987	17,44%
Receitas Capital	5.791.208	383.920	383.920	6,63%
Total	28.382.531	4.322.907	4.322.907	15,23%

Em termos de receitas correntes verifica-se um comportamento de execução ligeiramente abaixo do previsto (percentagem de execução de 17,44%).

Em relação às receitas de capital verifica-se que o desvio é também desfavorável, no sentido de que no primeiro trimestre de 2016 foram arrecadadas menos receitas de capital do que o esperado (percentagem de execução de 6,63%).



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## Evolução dos Impostos Diretos

RECEITAS CORRENTES	2016-PSF Anual	1.º Trimestre 2016	% Execução
Impostos directos *	7.461.117	412.089	5,52%
Outros	7.461.117	412.089	5,52%
Imposto municipal sobre imóveis *	4.667.261	59.846	1,28%
Imposto único de circulação	769.617	178.944	23,25%
Imposto municipal sobre as transacções onerosas de imóveis	1.186.035	107.383	9,05%
Derrama	838.054	65.570	7,82%
Impostos abolidos *	150	346	230,82%

No que diz respeito aos impostos directos, o detalhe evidenciado no quadro acima permite-nos concluir que a taxa de execução ascendeu a 5,52%, principalmente justificada pela fraca execução das receitas relativas ao IMI.

Em relação ao IMI considera-se que a fraca percentagem de execução do primeiro trimestre (1,28%) está apenas relacionada com a sazonalidade das transferências.

Em termos de IMT a execução do primeiro trimestre de 2016 cifra-se em 9,05%, significando que apresenta um ligeiro desvio face ao previsto.

O IUC apresenta uma execução também ligeiramente abaixo do previsto (menos de 25%).

## Evolução dos Impostos Indiretos

RECEITAS CORRENTES	2016-PSF Anual	1.º Trimestre 2016	% Execução
Impostos indirectos *	471.213	90.471	19,20%
Mercados e feiras *	115.143	13.421	11,66%
Loteamentos e obras *	194.474	17.438	8,97%
Ocupação da via pública *	55.363	5.565	10,05%
Publicidade *	84.704	47.330	55,88%
Outros *	21.529	6.717	31,20%

Em termos de impostos indirectos os desvios não são significativos, sendo a rubrica de publicidade a que apresenta uma taxa de execução mais elevada.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## Evolução das taxas, Multas, e Outras Penalidades

RECEITAS CORRENTES	2016-PSF Anual	1.º Trimestre 2016	% Execução
Taxas, multas e outras penalidades *	364.042	110.723	30,41%
Taxas específicas das autarquias locais *	284.148	91.951	32,36%
Mercados e feiras	25.495	20.263	79,48%
Loteamentos e obras	240.940	50.691	21,04%
Ocupação da via pública	3.283	18.814	573,06%
Caça, uso e porte de arma	519	0	0,00%
Outras *	13.911	2.183	15,69%
Multas e outras penalidades	79.894	18.772	23,50%
Juros de mora *	47.393	9.143	19,29%
Juros compensatórios *	5.770	1.944	33,69%
Coímas e penalidades por contra-ordenações *	22.898	6.864	29,98%
Multas e penalidades diversas *	3.833	821	21,42%

Esta rubrica está com uma execução ligeiramente acima do previsto.

Na classe económica das taxas, multas e outras penalidades verifica-se que apesar da rubrica de multas apresentar uma execução abaixo de 25%, é a rubrica das taxas que tem mais peso nestas receitas e apresenta uma execução de 32,36%. Esta rubrica está sobretudo influenciada pela subrubrica de mercados e feiras e dos loteamentos e obras.

## Evolução dos Rendimentos de Propriedade

RECEITAS CORRENTES	2016-PSF Anual	1.º Trimestre 2016	% Execução
Rendimentos da propriedade *	1.209.894	298.808	24,70%
Juros - Sociedades financeiras	15.792	0	0,00%
Rendas	1.194.102	298.808	25,02%

Os rendimentos de propriedade registaram valores reais em linha com os previstos, sobretudo porque a receita mais significativa que advém das rendas da EDP é trimestral.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## Evolução das Transferências Correntes

RECEITAS CORRENTES	2016-PSF Anual	1.º Trimestre 2016	% Execução
Transferências correntes *	10.730.349	2.478.858	23,10%
Administração central	10.434.907	2.414.821	23,14%
Segurança social	24.299	3.150	12,96%
Famílias	271.143	60.888	22,46%

No que diz respeito às receitas das transferências correntes a sua execução encontra-se praticamente em linha com o previsto, uma vez que as transferências da administração central (FEF, FSM e participação IRS) são regulares.

## Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes

RECEITAS CORRENTES	2016-PSF Anual	1.º Trimestre 2016	% Execução
Venda de bens e serviços correntes *	2.108.576	466.534	22,13%
Venda de bens	19.821	1.004	5,06%
Serviços	1.998.952	453.799	22,70%
Rendas *	89.803	11.731	13,06%

Apesar aos desvios negativos da venda de bens e rendas em relação ao previsto, temos que a rubrica de serviços está praticamente em linha com o previsto, não se registando desvios significativos.

## Evolução de Outras Receitas Correntes

RECEITAS CORRENTES	2016-PSF Anual	1.º Trimestre 2016	% Execução
Outras receitas correntes *	246.132	81.503	33,11%
Outras	246.132	81.503	33,11%

O valor das outras receitas correntes foi superior ao previsto para o primeiro trimestre de 2016.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. n.º 176

## Evolução de Venda de Bens de Investimento

RECEITAS CAPITAL	2016-PSF Anual	1.º Trimestre 2016	% Execução
Venda de bens de investimento *	39.388	9.968	25,31%
Terrenos *	39.388	4.622	11,73%
Habitacões *	0	5.346	100,00%

A previsão para esta rubrica para 2016 foi de total prudência usando-se para cada ano a média das receitas arrecadadas nos últimos três anos (de acordo com o Art.º 253 do OE2015, critério que se manteve no OE2016).

No final do primeiro trimestre esta rubrica está totalmente em linha com o previsto, tendo sido alienados os seguintes imóveis:

Terreno: Parcela de terreno na zona industrial de Torres Novas a Diamantino Rodrigues Ferreira;

Habitacão: Nua propriedade em Sopovo-Riachos aos Herdeiros de Maria da Conceição Rodrigues Simões Duarte;

Até Março de 2016 não foram publicitadas hastas públicas, embora esteja previsto para o ano de 2016 efetuar as mesmas.

## Evolução das Transferências de Capital

RECEITAS CAPITAL	2016-PSF Anual	1.º Trimestre 2016	% Execução
Transferências de capital *	5.151.820	373.952	7,26%
Administração central	5.151.820	373.952	7,26%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	654.848	163.710	25,00%
Outras (contratos programa)	34.422	0	0,00%
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	4.462.550	210.242	4,71%

Esta rubrica apresentava um dos maiores desvios entre previsto e realizado, sobretudo devido à rubrica de financiamentos comunitários que está sempre dependente da execução da aquisição de bens de capital (ver rubrica da despesa).

A rubrica do FEF está totalmente em linha com o previsto, uma vez que as transferências são regulares.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## **Evolução dos Passivos Financeiros**

Em Junho de 2016 o Município prevê contratar um empréstimo de médio e longo prazo de 600.000€, pelo que até Março não existe execução desta rubrica. Este empréstimo à data, está na fase de aprovação pela Assembleia Municipal

Pelo exposto temos que, no global como era de esperar, os valores executados no primeiro trimestre de 2016 não apresentam diferenças significativas face aos valores atualizados do Plano de Saneamento Financeiro, sendo que para os desvios encontrados à data, pode no decorrer do ano, existir uma reversão dos mesmos (sazonalidade de algumas rubricas):



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

Descrição	Comparação 2016			
	2016-PSF Anual	1.º Trimestre	Total Março 2016	% Execução
Receltas correntes	22.591.322,53	3.938.986,62	3.938.986,62	17,44%
Impostos directos	7.461.116,09	412.089,22	412.089,22	5,52%
IMI	4.667.260,62	59.845,77	59.845,77	1,28%
IMT	1.186.034,85	107.383,38	107.383,38	9,05%
Derrama	838.053,62	65.569,81	65.569,81	7,82%
Outros	769.767,00	179.290,26	179.290,26	23,29%
Impostos indirectos	471.213,00	90.471,44	90.471,44	19,20%
Taxas, multas e outras penalidades	364.042,00	110.722,86	110.722,86	30,41%
Taxas	284.148,00	91.950,83	91.950,83	32,36%
Multas	79.894,00	18.772,03	18.772,03	23,50%
Rendimentos da propriedade	1.209.894,00	298.807,57	298.807,57	24,70%
Transferências correntes	10.730.349,00	2.478.858,28	2.478.858,28	23,10%
Venda de bens e serviços correntes	2.108.576,00	466.533,81	466.533,81	22,13%
Venda de bens	19.821,00	1.003,73	1.003,73	5,06%
Serviços	1.998.952,00	453.798,83	453.798,83	22,70%
Rendas	89.803,00	11.731,25	11.731,25	13,06%
Outras receitas correntes	246.132,44	81.503,44	81.503,44	33,11%
Receitas de capital	5.791.208,36	383.920,04	383.920,04	6,63%
Venda de bens de investimento	39.388,00	9.967,97	9.967,97	25,31%
Terrenos	39.388,00	4.621,97	4.621,97	11,73%
Habitações	0,00	5.346,00	5.346,00	100,00%
Transferências de capital	5.151.820,36	373.952,07	373.952,07	7,26%
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	654.848,00	163.710,00	163.710,00	25,00%
Participação comunitária em projectos co-financiados e outras	4.496.972,36	210.242,07	210.242,07	4,68%
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
Passivos financeiros	600.000,00	0,00	0,00	0,00%
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00%
Rep. não abatidas nos pagamentos	15.502,56	729,10	729,10	4,70%
<b>Total receita</b>	<b>28.398.033,45</b>	<b>4.323.635,76</b>	<b>4.323.635,76</b>	<b>15,23%</b>
<b>Receltas correntes</b>	<b>22.591.322,53</b>	<b>3.938.986,62</b>	<b>3.938.986,62</b>	<b>17,44%</b>
<b>Receitas de capital</b>	<b>5.791.208,36</b>	<b>383.920,04</b>	<b>383.920,04</b>	<b>6,63%</b>



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. n.º 176

## 6.2. DESPESAS

O total de despesas previstas para o ano de 2016 foi de 31.657.445€. O total de despesas realizadas no primeiro trimestre de 2016 cifrou-se em 4.810.902€, pelo que se regista uma percentagem de execução de 15,20%.

Rubricas	Previsto	1.º Trimestre	Total Março 2016	% Execução
Despesa corrente	18.689.569	3.750.474	3.750.474	20,07%
Despesa de capital	12.967.876	1.060.428	1.060.428	8,18%
<b>Total</b>	<b>31.657.445</b>	<b>4.810.902</b>	<b>4.810.902</b>	<b>15,20%</b>

Em termos de despesas correntes verifica-se um comportamento de execução ligeiramente abaixo do previsto (percentagem de execução de 20,07%).

Em relação às despesas de capital verifica-se que o desvio é também desfavorável, no sentido de que no primeiro trimestre de 2016 foram efetuadas menos despesas de capital do que o esperado (percentagem de execução de 8,18%).

### Evolução do Pessoal

DESPESAS CORRENTES	2016-PSF Anual	1.º Trimestre 2016	% Execução
Despesas com o pessoal *	8.029.371	1.737.967	21,65%
Remunerações certas e permanentes *	6.260.970	1.384.589	22,11%
Abonos variáveis ou eventuais *	65.393	27.153	41,52%
Segurança social	1.703.007	326.225	19,16%

As rubricas de Pessoal não apresentam desvios significativos face ao previsto.

### Evolução da Aquisição de Bens e Serviços

DESPESAS CORRENTES	2016-PSF Anual	1.º Trimestre 2016	% Execução
Aquisição de bens e serviços **	8.302.067	1.709.870	20,60%
Aquisição de bens *	1.389.826	259.361	18,66%
Aquisição de serviços	6.912.241	1.450.509	20,98%

As rubricas de aquisição de bens e serviços estão ligeiramente abaixo do previsto.

De uma forma mais detalhada os valores previstos e reais da aquisição de bens foram:





SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

DESPESAS CORRENTES	2016-PSF Anual	1.º Trimestre 2016	% Execução
<b>Aquisição de bens *</b>	<b>1.389.826</b>	<b>259.361</b>	<b>18,66%</b>
Matérias-primas e subsidiárias *	62.330	10.085	16,18%
Combustíveis e lubrificantes *	368.908	75.349	20,42%
Limpeza e higiene *	27.000	2.367	8,77%
Alimentação - Refeições confeccionadas *	586.837	151.916	25,89%
Vestuário e artigos pessoais *	44.000	121	0,28%
Material de escritório *	21.300	2.702	12,69%
Produtos químicos e farmacêuticos *	2.000	708	35,40%
Produtos vendidos nas farmácias *	3.000	0	0,00%
Material de consumo clínico *	6.000	5	0,08%
Material de transporte - Peças *	26.544	620	2,34%
Outro material - Peças *	19.000	583	3,07%
Prémios, condecorações e ofertas *	2.900	0	0,00%
Mercadorias para venda *	5.000	0	0,00%
Ferramentas e utensílios *	10.000	567	5,67%
Livros e documentação técnica *	1.250	18	1,44%
Artigos honoríficos e de decoração *	2.500	0	0,00%
Material de educação, cultura e recreio *	8.544	93	1,08%
Outros bens *	192.713	14.228	7,38%

Verifica-se que existiram desvios positivos e negativos nas subrubricas, embora o desvio líquido não seja significativo.

De uma forma mais detalhada os valores previstos e reais da aquisição de serviços foram:



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

DESPESAS CORRENTES		2016-PSF Anual	1.º Trimestre 2016	% Execução
<b>Aquisição de serviços</b>		<b>6.912.241</b>	<b>1.450.509</b>	<b>20,98%</b>
	Encargos das instalações *	602.669	118.616	19,68%
	Limpeza e higiene *	53.272	5.636	10,58%
	Conservação de bens *	367.028	32.217	8,78%
	Locação de edifícios *	19.520	3.373	17,28%
	Locação de material de informática *	2.759	0	0,00%
	Locação de material de transporte *	1.934	0	0,00%
	Locação de outros bens *	43.520	12.737	29,27%
	Comunicações *	67.446	10.529	15,61%
	Transportes *	510.112	126.380	24,77%
	Representação dos serviços *	400	0	0,00%
	Seguros *	102.855	52.233	50,78%
	Deslocações e estadas *	3.000	43	1,42%
	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria *	114.796	3.383	2,95%
	Formação *	55.390	1.307	2,36%
	Seminários, exposições e similares *	5.000	0	0,00%
	Publicidade *	31.726	2.930	9,24%
	Vigilância e segurança *	7.500	369	4,92%
	Assistência técnica *	182.500	29.927	16,40%
	Outros trabalhos especializados * (INGLÊS/MUSICA/NATAÇÃO)	2.280.865	476.263	20,88%
	Utilização de infra-estruturas de transportes	3.000	0	0,00%
	Serviços de saúde *	19.151	1.212	6,33%
	Encargos de cobrança de receitas *	159.803	8.687	5,44%
	Outros serviços *	2.277.996	564.669	24,79%

Apesar de existirem alguns desvios não significativos nas várias subrubricas o desvio total não seja significativo.

## Evolução dos Juros e Outros Encargos

A rubrica de juros apresenta uma execução de 12,38%. Esta rubrica está influenciada sobretudo por ainda não se terem realizados as amortizações do PAEL (Maio e Novembro) à data de Março de 2016 e logo não se terem pago os correspondentes juros.

Também na rubrica de 2016 (anual) estão previstos juros com empréstimo previsto contratar em Junho, pelo que normalmente os valores executados estão globalmente abaixo dos previstos.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. n° 176

## Evolução das transferências Correntes

DESPESAS CORRENTES	2016-PSF Anual	1.º Trimestre 2016	% Execução
Transferências correntes *	551.857	107.325	19,45%
Administração central	6.540	1.635	25,00%
Administração local	265.699	67.432	25,38%
Segurança social	500	986	197,14%
Instituições sem fins lucrativos	268.619	32.592	12,13%
Famílias	10.500	4.680	44,57%

Nas transferências correntes, apenas as transferências para Instituições sem fins lucrativos apresentam execução abaixo do previsto.

## Evolução dos Subsídios

DESPESAS CORRENTES	2016-PSF Anual	1.º Trimestre 2016	% Execução
Subsídios *	34.500	2.969	8,61%
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	4.500	0	0,00%
Famílias	30.000	2.969	9,90%

A execução nesta rubrica no primeiro trimestre apresenta-se fraca, embora os montantes envolvidos não sejam significativos.

## Evolução das Outras Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES	2016-PSF Anual	1.º Trimestre 2016	% Execução
Outras despesas correntes	1.133.859	113.344	10,00%
Diversas	1.133.859	113.344	10,00%

Também esta rubrica apresentou nos últimos anos desvios significativos sobretudo devido aos valores inicialmente estimados para fazer face a exfluxos decorrentes de processos judiciais em curso.

A previsão das outras despesas correntes de 2016 foi efetuada sobretudo para dois processos que foram resolvidos em 2015:

- Parque Subterrâneo – existiu uma sentença onde o Município foi condenado a pagar de indemnização/investimento no Parque Almonda de 1.900.000€, sendo que 300.000€ deveriam ser liquidados em 2015 e o restante em 2016. Efetivamente foi



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

efetuada uma Ordem de Pagamento no montante de 300.000€ em 2015 e em Maio de 2016 foram pagos os restantes 1.600.000€, que estão a ser considerados na rubrica de investimentos em bens de capital, uma vez que o Município irá ficar com o bem. Esta alteração cria um desvio considerável nesta rubrica, uma vez que no PSF estava considerado como indemnização, despesa corrente, quando efetivamente se trata de uma aquisição de um bem de investimento, despesa de capital, embora em termos de despesa global não afete a execução. Salientamos que esta alteração já foi efetuada em termos de orçamento, sendo que esta alteração favorece o equilíbrio orçamental.

= Loteamentos (Maria Camila Gonçalves Gorjão Maia) – Este processo tinha um valor pedido pela Autora de 3.000.000€. Foi efetuado acordo de pagamento por parte do Município de um total de 150.000€ em 10 prestações (início de novembro de 2015) e terá de realizar as obras do loteamento em 18 meses. Verificamos que efetivamente foram pagas pelo município as prestações até março de 2016 no montante de 15.000€/cada.

- Na atualização do PSF foi considerado também o processo 789/04.08BELRA pelo montante total de 100.000€. Este processo ficou resolvido em 2015 e chegaram a acordo de pagamento por 17.500€ em três prestações. Em Março de 2016 o processo já está totalmente pago.

- Foram ainda pagos em 2016 18.879€ à Autoridade Tributária relativos a um processo contra a Turrisespaços, relativo a quantia recebida pela empresa indevidamente no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro.

Os restantes processos ainda estão pendentes de desfecho.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## Evolução da Aquisição de Bens de Capital

Em 2016 foram executados até ao final do primeiro trimestre 658.598€ em aquisições de bens de investimento. Estão previstos no PSF, 9.876.020€ de aquisições de bens de capital, registando-se nesta rubrica uma taxa de execução de 6,67%.

Detalhamos a totalidade dos investimentos efetuados:

N.º	Descrição	Executado
2015/130	PLANEAMENTO, ESTRATÉGIAS E ESTUDOS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	2.460
2012/35	INFRAESTRUTURAS ZONA ENVOLVENTE DO HOSPITAL - 2ª. FASE	307
2014/96	RIACHOS/BOQUILOBO	154.722
2015/101	PE DE CAO/ARRUAMENTOS E ESTRADAS NA ENVOLVENTE	174
2015/113	SERRA/PAFARRAO/R.10JUNHO-LITEIROS/R.MATAS-ZIBREIRA/R.COVAOZINHO-VARGOS/R.BANDA	97.237
2016/23	VIAS	1.857
2011/162	REQUALIFICACAO ESCOLA MANUEL FIGUEIREDO-OBRA	28.295
2014/111	CENTRO ESCOLAR SANTA MARIA - REMODELACAO	22.986
2015/59	BENEFECIACAO E GRANDES REPARACOES EM EDIFICIOS ESCOLARES	5.535
2016/30	EDUCAÇÃO	3.376
2015/22	DESporto-EQUIPAMENTO BASICO	2.934
2015/121	DESporto-EQUIPAMENTOS MANUTENCAO FISICA	1.673
2016/13	DESporto	113
2004/218	AQUISIÇÃO COMPLEXO DENOMINADO DESTILARIA DA BROGUEIRA-MUSEU DO FIGO	3.741
2008/189	PROJECTO/CONSTRUCAO DO CONVENTO DO CARMO - REMODELACAO	2.300
2009/133	OBRAS DE REMODELACAO-"GARAGEM DOS CLARAS"	38.646
2014/142	RECUPERACAO DO CONVENTO DO CARMO	255.491
2015/53	DIT-AQUISIÇÃO E GRANDES REPARACOES DE EQUIPAMENTO BASICO	17.420
2016/1	ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.978
2016/14	DIT	388
2014/31	GRANDES REPARACOES EM EDIFICIOS MUNICIPAIS	3.604
2015/9	CONTRATOS LICENCIAMENTO E MANUTENCAO DE PROGRAMAS SOFTWARE	8.158
2015/164	DESMATERIALIZAÇÃO, SERVIÇOS E INFORMAÇÃO AO CIDADÃO-INVESTIMENTO HARDWARE	3.205
<b>Total</b>		<b>658.598</b>

## Evolução dos Ativos Financeiros

DESPESAS CAPITAL	2016-PSF Anual	1.º Trimestre 2016	% Execução
Unidades de participação *	144.893	0	0,00%

Com a criação do Fundo de Apoio Municipal em 2014, o Município de Torres Novas subscreveu um montante total de 1.014.245€. As transferências deste montante serão efetuadas até 2021 inclusive, no montante anual de 144.983€.

Esta rubrica é afetada pela sazonalidade, uma vez que até março de 2016 ainda não se tinha executado qualquer transferência.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## Evolução dos Passivos Financeiros

A rubrica dos passivos financeiros apresenta uma execução de 13,89%. Como referido para a rubrica dos juros, esta execução decorre de não se terem no primeiro trimestre realizadas as amortizações do PAEL (Maio e Novembro).

Em relação aos restantes não se verificaram também desvios significativos.

Descrição	Comparação 2016			
	2016-P5F Anual	1.º Trimestre	Total Março 2016	% Execução
<b>Despesas correntes</b>	<b>18.689.568,83</b>	<b>3.750.474,13</b>	<b>3.750.474,13</b>	<b>20,07%</b>
Despesas com o pessoal	8.029.370,70	1.737.966,51	1.737.966,51	21,65%
Remunerações certas e permanentes	6.260.970,00	1.384.588,93	1.384.588,93	22,11%
Abonos variáveis ou eventuais	65.393,28	27.152,85	27.152,85	41,52%
Segurança social	1.703.007,42	326.224,73	326.224,73	19,16%
Aquisição de bens e serviços	8.302.067,41	1.709.870,00	1.709.870,00	20,60%
Aquisição de bens	1.389.826,03	259.361,47	259.361,47	18,66%
Aquisição de serviços	6.912.241,38	1.450.508,53	1.450.508,53	20,98%
Juros e outros encargos	637.914,50	78.998,89	78.998,89	12,38%
Resultantes do PAEL	158.927,67	0,00	0,00	0,00%
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	478.986,83	78.998,89	78.998,89	16,49%
<b>Transferências correntes</b>	<b>551.857,15</b>	<b>107.325,09</b>	<b>107.325,09</b>	<b>19,45%</b>
Empresas públicas municipais e intermunicipais	6.540,00	1.635,00	1.635,00	25,00%
Freguesias	194.250,64	44.539,67	44.539,67	22,93%
Associações de municípios	25.000,00	21.692,53	21.692,53	86,77%
Instituições sem fins lucrativos	268.618,51	32.592,47	32.592,47	12,13%
Famílias	10.500,00	4.679,74	4.679,74	44,57%
Outras	46.948,00	2.185,68	2.185,68	4,66%
<b>Subsídios</b>	<b>34.500,00</b>	<b>2.969,48</b>	<b>2.969,48</b>	<b>8,61%</b>
Famílias	30.000,00	2.969,48	2.969,48	9,90%
Outros	4.500,00	0,00	0,00	0,00%
Outras despesas correntes	1.133.859,07	113.344,16	113.344,16	10,00%
<b>Despesas de capital</b>	<b>12.967.875,99</b>	<b>1.060.427,85</b>	<b>1.060.427,85</b>	<b>8,18%</b>
Aquisição de bens de capital	9.876.020,23	658.598,31	658.598,31	6,67%
Investimentos	9.876.020,23	367.512,83	367.512,83	3,72%
<b>Transferências de capital</b>	<b>53.364,31</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
Freguesias	39.208,75	0,00	0,00	0,00%
Instituições sem fins lucrativos	10.000,00	0,00	0,00	0,00%
Outras	4.155,56	0,00	0,00	0,00%
Activos financeiros	144.892,89	0,00	0,00	0,00%
<b>Passivos financeiros</b>	<b>2.893.598,56</b>	<b>401.829,54</b>	<b>401.829,54</b>	<b>13,89%</b>
Resultantes do PAEL	485.389,54	0,00	0,00	0,00%
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	2.408.209,02	401.829,54	401.829,54	16,69%
<b>Total despesa</b>	<b>31.657.444,81</b>	<b>4.810.901,98</b>	<b>4.810.901,98</b>	<b>15,20%</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>18.689.568,83</b>	<b>3.750.474,13</b>	<b>3.750.474,13</b>	<b>20,07%</b>
<b>Despesa de capital</b>	<b>12.967.875,99</b>	<b>1.060.427,85</b>	<b>1.060.427,85</b>	<b>8,18%</b>





SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

### 6.3. RESUMO

Em resumo os desvios verificados entre a execução das rubricas e o previsto no plano de Saneamento atualizado são na sua maioria insignificantes.

Apenas os desvios relativos à receita de fundos comunitários e à despesa em investimentos em bens de capital apresentaram desvios dignos de registo, causados sobretudo pelo atraso na abertura das candidaturas ao Portugal2020 e consequentemente no lançamento procedimental destes processos em curso.

Convém salientar que em 2016 o plano está aderente ao orçamento de 2016, embora até Março de 2016 já tenha sido efetuada uma alteração ao orçamento entre rubricas da despesa:

Rubricas	Designação	Orçamento 2016	Orçamento Corrigido Março 2016	Variações Orçamentais	Previsto PSF 2016	Desvio Orçamento vs Plano
01	IMPOSTOS DIRECTOS	7.082.765	7.082.765	0	7.461.116	-378.351
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	471.213	471.213	0	471.213	0
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	364.042	364.042	0	364.042	0
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.209.894	1.209.894	0	1.209.894	0
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.730.349	10.730.349	0	10.730.349	0
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2.108.576	2.108.576	0	2.108.576	0
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	246.142	246.142	0	246.132	10
Total Receita Corrente		22.212.981	22.212.981	0	22.591.323	-378.342
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	39.388	39.388	0	39.388	0
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.563.566	2.563.566	0	5.151.820	-2.588.254
12	PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	0	600.000	-600.000
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	15.492	15.492	0	15.503	-11
Total Receita Capital		2.618.446	2.618.446	0	5.806.711	-3.188.265
Total Receita		24.831.427	24.831.427	0	28.398.033	-3.566.606

Rubricas	Designação	Orçamento 2016	Orçamento Corrigido Março 2016	Variações Orçamento	Previsto PSF 2016	Desvio Orçamento vs Plano
01	DESPESAS COM O PESSOAL	8.060.620	7.973.853	86.767	8.029.371	-55.518
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	8.246.134	8.149.326	96.808	8.302.067	-152.741
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	532.200	521.587	10.613	637.914	-116.327
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	550.455	557.136	-6.681	551.857	5.279
05	SUBSÍDIOS	46.500	46.500	0	34.500	12.000
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	721.009	650.435	70.575	1.133.859	-483.425
Total Despesa Corrente		18.156.919	17.898.837	258.082	18.689.569	-790.732
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	3.352.607	3.737.935	-385.328	9.876.020	-6.138.085
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	48.364	23.744	24.621	53.364	-29.621
09	ACTIVOS FINANCEIROS	144.892	144.893	-1	144.893	0
10	PASSIVOS FINANCEIROS	3.128.646	3.026.019	102.627	2.893.599	132.421
Total Despesa Capital		6.674.509	6.932.591	-258.082	12.967.876	-6.035.285
Total Despesas		24.831.428	24.831.428	0	31.657.445	-6.826.017

### CONCLUSÃO:

O Plano de Saneamento Financeiro está aderente à execução.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## 7. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Quanto à evolução patrimonial e em termos de grandes rubricas também se verificam desvios significativos entre o previsto e o real.

Assim os valores previstos são os sintetizados no quadro seguinte:

Previsto	2012	2013	2014	2015*	Variação (2015 - 2012)
Ativo	169 440 453	165 606 370	162 972 109	149 734 183	-19 706 270
Passivo	84 288 541	79 395 071	75 440 478	57 481 513	-26 807 028
Proveitos e Ganhos	24 410 762	24 452 491	24 765 293	23 836 850	-573 912
Custos e Perdas	24 201 582	23 395 202	23 444 961	21 505 454	-2 696 128
Resultado Líquido Exercício	209 180	1 057 289	1 320 332	2 331 396	2 122 216

\* De acordo com a atualização de 25/11/2015.

Destes valores salienta-se a redução do passivo e a contenção de gastos.

O rácio de autonomia financeira estimado para os anos de 2013, 2014 e 2015 era de 52,06%, 53,71% e 61,61% respetivamente.

Os valores efetivos foram os seguintes:

Real	2012	2013	2014	2015	Variação (2015 - 2012)
Ativo	157 182 944	150 966 845	149 384 274	153 898 006	-3 284 938
Passivo	70 246 372	64 542 613	61 041 891	60 506 665	-9 739 707
Proveitos e Ganhos	21 486 736	22 366 654	25 039 318	26 728 868	5 242 132
Custos e Perdas	23 678 590	22 993 538	22 000 477	21 513 692	-2 164 898
Resultado Líquido Exercício	-2 191 854	-626 884	3 038 841	5 215 176	7 407 030

Realçamos o aumento dos proveitos (ao contrário do previsto) e a redução dos custos reais. Esta situação reflete a apresentação de um resultado líquido bastante superior ao previsto.

Realçamos também que os valores de autonomia financeira reais para os anos de 2013, 2014 e 2015 foram de 57,25%, 59,14% e 60,68%, respetivamente, sendo globalmente superiores aos inicialmente previstos.





SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## 8. CONCLUSÕES

O presente relatório pretende dar uma visão global do enquadramento da atualização do PSF e das suas principais alterações.

Efetuuou-se a revisão das operações de financiamento comparando os valores e condições previstos com os efetivamente negociados e realizados.

Efetuuou-se uma revisão global da implementação das medidas genéricas previstas no plano atualizado.

Com o apuramento de valores de receitas e despesas efetivas do primeiro trimestre do ano de 2016, efetuou-se uma análise detalhada dos desvios verificados face aos previstos no plano, detalhando-se nas áreas mais significativas as justificações para a ocorrência de tais desvios.

Aprofundou-se também a análise do plano face ao orçamento de 2016.

Por fim, concluiu-se que apesar dos desvios mencionados entre rubricas previstas e reais no primeiro trimestre de 2016 considera-se que o Município apresenta uma execução aceitável e que parte dos desvios apurados sendo fruto da sazonalidade, serão resolvidos durante o ano.